



Banco Société Générale Brasil S.A.

**Demonstra  es financeiras em
30 de junho de 2026
e relatório do auditor independente**

Relatório da Administração

Senhores clientes e acionistas,

A Administração do Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco”) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras com o relatório de auditoria dos Auditores Independentes referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes.

O Banco Société Générale Brasil S.A. tem sua Matriz sede na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro. O Grupo Société Générale (“Grupo SG”) é uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Patrimônio Líquido em 30 de junho de 2026 atingiu o valor de R\$ 1,8 bilhão (R\$ 1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2025) e o índice de basileia alcançou 30,09% (R\$ 31,33 em 31 de dezembro de 2025). O Banco apresentou um lucro líquido de R\$ 59,3 milhões no semestre findo em 30 de junho 2026 (R\$ 28,2 milhões em 30 de junho de 2025).

Responsabilidade Socioambiental e Climática

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Société Générale e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.945/21, o Banco reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental e climática na condução de seus negócios e atividades.

O Grupo SG contribuiu para o desenvolvimento de uma metodologia que permite às instituições financeiras compreender melhor os riscos ambientais em suas atividades. Como membro ativo da Federação Bancária Europeia (EBF) e da Federação Bancária Francesa (FBF), o Grupo SG atua no sentido de promover a regulamentação adequada do financiamento sustentável e apoia as propostas regulatórias em matéria de financiamento sustentável.

Os princípios socioambientais do Grupo SG visam promover o desenvolvimento sustentável em parceria com as partes interessadas (clientes e colaboradores), através de uma relação ética e transparente, da preservação do meio ambiente para as gerações futuras e o respeito à diversidade.

O Grupo SG, por meio do Instituto Société Générale de Responsabilidade Social, tem como missão valorizar e transformar vidas humanas por meio da “promoção gratuita da educação, capacitação profissional, esporte, saúde, preservação do meio ambiente, arte e cultura”.

As políticas de responsabilidade ambiental e social, ambiental e climática (PRSAC) encontram-se no endereço eletrônico do sítio no Brasil:

<https://societegeneralebrasil.com.br/site/wp-content/uploads/2025/06/PRSAC-BSGB-2025.pdf>

Informações de Equidade

Em cumprimento com a Lei nº 15.177/2025, que altera a Lei nº 6.404/1976, o Banco apresenta os indicadores de equidade a seguir (informações anuais, sendo comparativas em 31 de dezembro de 2024 e 2025):

I - Quantidade e proporção de mulheres, por níveis hierárquicos

	2024		2025		Var	Var .p.p
	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	%	%
Analistas	8	38%	7	37%	-13%	-1%
Coordenador / Especialista	10	43%	8	36%	-20%	-7%
Gerente / Gerente Geral	18	41%	18	42%	0%	1%
Direção	2	29%	2	29%	0%	0%
Total	38	40%	35	38%	-8%	-2%

II - Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos na administração

	2024		2025		Var	Var .p.p
	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	%	%
Mulheres na Administração	2	29%	2	29%	0%	0%

III - o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo. Relativa a cargos ou funções similares

	2024		2025		Var	
	Remun Fixa	Total	Remun Fixa	Total	Remun Fixa	Total
Diretor / Presidente	131%	142%	131%	146%	0%	3%
Gerente / Gerente Geral	77%	69%	78%	69%	1%	0%
Coordenador / Especialista	107%	105%	110%	107%	3%	2%
Analistas	107%	105%	103%	94%	-3%	-10%

Nos termos do art. 133 da Lei nº 6.404/1976, as informações de equidade são divulgadas e atualizadas anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social, permanecendo inalteradas nas divulgações intermediárias.

Ouvidoria e Canal de Denúncias

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.860/2020, o Banco está isento da obrigatoriedade de manter um Canal de Ouvidoria, uma vez que não possui clientes classificados como pessoas naturais, empresários individuais ou pessoas jurídicas classificadas como microempresas e empresas de pequeno porte. O Banco disponibiliza um Canal de Denúncias aos seus funcionários, por meio do qual possa ser utilizado, sem

a necessidade de se identificarem, em situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades.

Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet e intranet do Banco no Brasil. Canal de Denúncias:

<https://societegeneralebrasil.com.br/site/canal-de-denuncias/>

São Paulo, 25 de agosto de 2026



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco Société Générale Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma

Banco Société Générale Brasil S.A.

relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Banco Société Générale Brasil S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de agosto de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ana Beatriz Masciotro da Rocha
Contadora CRC 1SP259848/O-6

BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	5	16.659	11.315
Ativos Financeiros		7.471.783	7.576.003
Valor Justo por Meio do Resultado		2.916.626	2.307.400
Títulos e Valores Mobiliários	7.a.1	264.775	23.202
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.5	2.651.851	2.284.198
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		943.728	984.544
Títulos e Valores Mobiliários	7.a.1	880.179	925.112
Cotas de Fundos de Investimentos	7.a.5	63.549	59.432
Custo Amortizado		3.611.429	4.284.059
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	3.484.452	4.107.071
Operações de Crédito	8.a	96.327	69.980
Outros Ativos Financeiros	8.a	30.650	107.008
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	9	(2.413)	(13.792)
Outros Ativos		552.637	523.460
Depósitos Judiciais	10.a	530.770	501.233
Outros	10.b	21.867	22.227
Ativos Fiscais		65.859	126.000
Imposto de Renda e Contribuição Social - A Compensar		27.000	73.591
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	15.b	38.859	52.409
Permanente		5.401	6.383
Investimentos		10	10
Outros Investimentos		10	10
Imobilizado de Uso		5.391	6.373
Outras Imobilizações de Uso		21.194	21.173
(Depreciações Acumuladas)		(15.803)	(14.800)
Total do Ativo		8.109.926	8.229.369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - (Em milhares de reais - R\$)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Passivos Financeiros		5.914.367	5.935.989
Valor Justo por Meio do Resultado		2.677.897	2.337.462
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.5	2.677.897	2.337.462
Custo Amortizado		3.236.470	3.598.527
Depósitos	7.c.1	562.168	826.299
Captações no Mercado Aberto	7.c.1	214.253	12.671
Obrigações por Empréstimos e Repasses	7.c.2	2.456.019	2.748.081
Outros Passivos Financeiros	7.c.1	4.030	11.476
Outros Passivos		333.368	502.947
Provisão para Passivos Contingentes - Riscos Fiscais	11.i	211.950	205.135
Provisão para Passivos Contingentes - Riscos Trabalhistas e Cíveis	11.i	18.298	25.854
Fiscais e Previdenciárias	12	20.622	154.845
Dividendos a pagar	14.b	33.292	49.690
Outras Provisões	9	12	1.369
Diversos	13	49.194	66.054
Passivos Fiscais		108.804	93.779
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	15.c	108.804	93.779
Patrimônio Líquido		1.753.387	1.696.654
Capital Social	14.a	1.635.635	1.635.635
Reservas de Capital		3.641	3.914
Reservas de Lucros		5.830	2.863
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(16.127)	(13.793)
Lucros/(Prejuízos) Acumulados		124.408	68.035
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		8.109.926	8.229.369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

		<u>1º semestre 2026</u>	<u>1º semestre 2025</u>
Receitas da Intermediação Financeira	Nota	<u>409.514</u>	<u>470.447</u>
Operações de Crédito	8.f	11.156	14.166
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	326.390	402.229
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.a.6	71.968	54.052
Despesas da Intermediação Financeira		<u>(234.234)</u>	<u>(332.364)</u>
Operações de Captação no Mercado	7.c.1	(99.447)	(149.846)
Resultado de Operações com Empréstimos e Repasses	7.c.2	(140.951)	(36.897)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	9	2.106	(815)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.4	4.058	(144.806)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		<u>175.280</u>	<u>138.083</u>
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		<u>(70.736)</u>	<u>(68.808)</u>
Receitas de Prestação de Serviços		8.257	33.509
Rendas de Tarifas Bancárias		6	8
Resultado de Participação em Controlada		-	(5.603)
Despesas de Pessoal		(51.114)	(48.151)
Outras Despesas Administrativas	17	(32.437)	(29.793)
Despesas Tributárias		(11.930)	(10.131)
Outras Receitas Operacionais	18	53.001	23.896
Outras Despesas Operacionais	19	(36.519)	(32.543)
Resultado Operacional		<u>104.544</u>	<u>69.275</u>
Resultado não Operacional		<u>2</u>	<u>2</u>
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		<u>104.546</u>	<u>69.277</u>
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	15.a	<u>(45.206)</u>	<u>(41.112)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(14.722)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(30.484)	(41.112)
Lucro Líquido do Semestre	23	<u>59.340</u>	<u>28.165</u>
Número de Ações (Mil)	14.a	<u>1.635.635</u>	<u>1.017</u>
Lucro Líquido do Semestre por Lote de Mil Ações (em R\$)		<u>0,04</u>	<u>27,70</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025 - (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	<u>1º semestre 2026</u>	<u>1º semestre 2025</u>
Lucro líquido do semestre		59.340	28.165
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para Lucros ou Prejuízos quando condições específicas forem atendidas:			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(2.334)	19.005
Próprios	7.a.2	(4.243)	34.555
Efeito fiscal	15.b 15.c	1.909	(15.550)
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucros ou Prejuízos		(273)	(761)
Plano de Benefícios		(273)	(761)
Pagamento baseado em ações	21	(273)	(761)
Resultado Abrangente do Semestre		56.733	46.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.956.929	4.557	12.961	(35.731)	(1.321.294)	1.617.422
Efeitos da adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21, nº 4.924/21 e BCB 352/23		-	-	(5.445)	-	55.811	50.366
Saldo em 01 de janeiro após adoção das Resoluções CMN e BCB		2.956.929	4.557	7.516	(35.731)	(1.265.483)	1.667.788
Reservas para Pagamento Baseado em Ações	21	-	(761)	-	-	-	(761)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	19.005	-	19.005
Lucro Líquido		-	-	-	-	28.165	28.165
Destinações		-	-	(7.516)	-	7.516	-
Saldo em 30 de junho de 2025		2.956.929	3.796	-	(16.726)	(1.229.802)	1.714.197
Saldo em 31 de dezembro de 2025		1.635.635	3.914	2.863	(13.793)	68.035	1.696.654
Reservas para Pagamento Baseado em Ações	21	-	(273)	-	-	-	(273)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	(2.334)	-	(2.334)
Lucro Líquido		-	-	-	-	59.340	59.340
Destinações - Reserva Legal		-	-	2.967	-	(2.967)	-
Saldo em 30 de junho de 2026		1.635.635	3.641	5.830	(16.127)	124.408	1.753.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025 (Em milhares de reais - R\$)

		1º semestre	1º semestre
	Nota	2026	2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Semestre		59.340	28.165
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		(168.735)	(897.679)
Depreciações	17	1.003	1.279
Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	9	(2.106)	815
Constituição (reversão) de Provisão para Passivos Contingentes	18 e 19	(6.982)	562
Atualizações Monetárias de Provisão para Passivos Contingentes	19	6.241	6.869
Impostos diferidos		30.484	41.112
Acordos Judiciais		-	(641)
Reversão de provisão para perdas em investimentos		-	(919)
Atualização de Depósitos Judiciais	18	(18.256)	(13.939)
Depósitos Judiciais levantados por contrapartes		8.043	-
Atualização de Impostos a Compensar	18	(820)	(128)
Variações cambiais em Ativos e Passivos		(241.458)	(536.341)
Ajuste MTM sobre TVM e Derivativos		57.723	(414.596)
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação		(2.607)	18.244
Outros		-	4
Lucro líquido ajustado		(109.395)	(869.514)
Variação de ativos e obrigações		(508.848)	1.110.812
(Aumento) redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		539.099	610.133
(Aumento) redução em TVM e Instrumentos Financ Derivativos		(285.698)	672.432
(Aumento) redução em Operações de Crédito		(158.336)	(56.034)
(Aumento) redução em outros ativos financeiros		73.964	24.424
(Aumento) redução em outros ativos		(22.301)	42.139
(Aumento) redução em ativos fiscais		60.141	82.139
Aumento (redução) em Depósitos		(264.131)	(437.821)
Aumento (redução) em Captações no Mercado Aberto		(475.635)	(109.353)
Aumento (redução) em Outros Passivos Fiscais		15.025	(40.468)
Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros		66.751	308.774
Aumento (redução) em Outros Passivos		(66.661)	(60.479)
Imposto Pago		(115.443)	(11.434)
Juros Pagos (recebidos) sobre Operações		124.377	86.360
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		(618.243)	241.298
Atividades de Investimento		(21)	160.126
Alienação de investimentos em controlada		-	163.371
Aquisição de Imobilizado de Uso		(22)	(3.246)
Alienação de Imobilizado de Uso		1	1
Atividades de Financiamento		(116.768)	(165.474)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos e repasses		(100.370)	(165.474)
Pagamento de Dividendos		(16.398)	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA NO SEMESTRE		(735.032)	235.950
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE		3.911.685	4.232.888
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE	5	3.176.653	4.468.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco"), organizado sob a forma de banco múltiplo, localizado na Avenida Paulista, número 2.300, 9º andar, cidade de São Paulo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimento. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

O Banco é controlado pelo Société Générale ("Grupo SG" ou "Matriz"), existente de acordo com as leis da França.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), bem como ao modelo de documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367, de 25/01/2024, estabelece critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras.

Essas demonstrações financeiras são divulgadas no sítio eletrônico do Banco e enviadas à Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- b) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- c) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- d) CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- e) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível – homologado pela Resolução nº 4.534/16;
- f) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- g) CPC 06 (R2) - Arrendamentos – homologado pela Resolução CMN nº 4.975/21;
- h) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- i) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- j) CPC 24 - Evento subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- k) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;

- l) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- m) CPC 28 - Propriedade para investimentos – homologado pela Resolução CMN nº 4.967/21;
- n) CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20;
- o) CPC 41 - Resultado por ação – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- p) CPC 46 - Mensuração do valor justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- q) CPC 47 - Receita de contrato com cliente – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21; e
- r) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização deles será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria para emissão e divulgação em 25 de agosto de 2026.

2.1 Resultado recorrente e não recorrente

Entende-se como resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Não houve resultado não recorrente contabilizado nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025.

2.2 Moeda funcional e Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é moeda funcional e de apresentação do Banco.

2.3 Resoluções do CMN que entraram em vigor no período e são aplicáveis às Demonstrações Financeiras:

- Não houve novos pronunciamentos contábeis com entrada em vigor no período das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2026.

2.4 Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros e são aplicáveis às Demonstrações Financeiras:

- Resolução CMN nº 4.966/2021 – Para os requisitos da Resolução relacionados ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge). A Administração está avaliando os possíveis impactos referentes à sua adoção em 1º de janeiro de 2027.
- Reforma Tributária sobre o Consumo - Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a reforma da tributação sobre o consumo no Brasil. Em complemento, foram publicadas a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que regulamenta parcialmente a reforma e estabelece as regras gerais do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS), e a Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026, que instituiu o Comitê Gestor do IBS (CG-IBS). A implementação do novo modelo tributário ocorrerá de forma gradativa até 2033, abrangendo a substituição dos atuais tributos incidentes sobre o consumo por um modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA Dual). Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras para emissão, não foi possível mensurar de forma conclusiva os impactos decorrentes da implementação integral da reforma, considerando que determinados aspectos da regulamentação ainda se encontram em desenvolvimento. A Administração acompanha a evolução da legislação e dos normativos aplicáveis. Adicionalmente, o Banco já iniciou as adequações necessárias em sistemas, processos e controles internos, com o objetivo de atender aos novos requisitos operacionais e tributários previstos na reforma.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto e depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Instrumentos Financeiros (Ativos e Passivos)

De acordo com o estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/2021, de 25 de novembro de 2021, os ativos financeiros devem ser avaliados conforme o modelo de negócios da entidade para a gestão desses ativos e os termos contratuais dos fluxos de caixa, e classificados e mensurados nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (“CA”): aplicável quando os ativos financeiros são geridos e mantidos para o recebimento dos fluxos de caixa contratuais, constituídos somente por pagamento de principal e juros (“SPPJ”);
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”): aplicável quando os ativos financeiros são geridos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais constituídos de Pagamento de Principal e Juros ou vendidos com transferência substancial dos riscos e benefícios. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como VJORA são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes, denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários; e
- Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”): aplicável aos demais ativos financeiros. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como VJR são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os ativos financeiros classificados e mensurados como VJORA e VJR são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados e mensurados como Custo Amortizado são contabilizados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e despesas auferidos até as datas dos balanços.

Os ativos financeiros mantidos no modelo de negócios para obter fluxos de caixa contratuais ou obter fluxos de caixa contratuais e da venda são submetidos ao teste SPPJ. Este teste avalia se o fluxo de caixa gerado pelo ativo financeiro constitui apenas de pagamento de principal e juros. O Banco submete os contratos dos ativos financeiros a um questionário modelo para verificar o enquadramento ao SPPJ.

Conforme o art. 9º da Resolução CMN nº 4.966/2021, os passivos financeiros devem ser classificados e mensurados na categoria Custo Amortizado, exceto os derivativos ou passivos financeiros em operações que envolvam empréstimos ou aluguel de ativos financeiros, que devem ser classificados e mensurados como VJR.

Para os instrumentos financeiros mensurados a Valor Justo, o Banco utiliza técnicas de avaliação compatíveis com as condições de mercado e prioriza o uso de informações observáveis. A mensuração do valor justo é

classificada em uma hierarquia composta por três níveis, de acordo com a relevância dos dados utilizados para sua determinação. O Nível 1 compreende preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, acessíveis na data da mensuração. O Nível 2 contempla informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, incluindo preços cotados para instrumentos similares, taxas de juros, curvas de rendimento, volatilidades e demais variáveis de mercado observáveis. O Nível 3 inclui técnicas de avaliação que utilizam dados não observáveis no mercado, baseadas em premissas e julgamentos da Administração. A classificação na hierarquia do valor justo é determinada com base no menor nível de informação relevante para a mensuração do instrumento financeiro, sendo revisada periodicamente pelo Banco.

As garantias financeiras prestadas devem ser mensuradas pelo maior valor entre: a provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito e o valor justo ajustado conforme regulamentação específica.

Para os instrumentos financeiros classificados como Custo Amortizado, deve-se apurar a Taxa de Juros Efetiva ("TJE"), considerando os custos e taxas diretamente atribuíveis aos contratos, como comissões pagas ou recebidas, custos de transação e outros prêmios e descontos. O modelo de apropriação de resultados pela TJE é facultado quando os custos e valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento forem imateriais (inferiores a 1% da taxa de juros do instrumento financeiro).

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de "swap", futuros, operações a termo e contratos de câmbio, e são avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de "swap" - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período;
- Operações de futuros - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa;
- Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e
- Contratos de câmbio - são mensurados pelo valor justo no resultado em contas de derivativos. As variações cambiais são reconhecidas no resultado.

Os depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata" dia.

A negociação e intermediação de valores (ativos e passivos) são demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") são classificados como "hedge" de risco de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, pela valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado.

d) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito ("perda esperada") do Banco atende aos requisitos regulatórios constantes nas Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023.

O Banco é classificado como Instituição Financeira pertencente ao Segmento 4 ("S4"), e adota, portanto, as diretrizes específicas para esse segmento, no que diz respeito ao cálculo da perda esperada, adotando a metodologia simplificada de acordo com o art. 50º da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A classificação e a segmentação dos ativos sujeitos ao cálculo de perda esperada, no modelo simplificado, seguem tabelas padronizadas e a classificação de crédito (C1 a C5) previstas na Resolução BCB nº 352/2023, que segmenta as exposições com base no perfil e complexidade das operações em carteira. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, conforme a Resolução BCB nº 352/23, as carteiras vigentes do Banco são classificadas em C4 e C5.

A designação de um ativo como "problemático" está baseada nas Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023. As operações de crédito serão classificadas como problemáticas quando apresentarem uma ou mais das seguintes condições:

- Operações com atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento do principal ou encargos

Financeiros;

- Deterioração da capacidade de pagamento; e
- Indícios claros de que a contraparte não conseguirá honrar integralmente suas obrigações sem recorrer a garantias ou colaterais.

Quando um instrumento financeiro for considerado ativo problemático, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte serão considerados ativos problemáticos até o final do mês em que ocorrer essa alocação. No entanto, em caráter de excepcionalidade, não haverá a realocação dos demais instrumentos financeiros da mesma contraparte quando um instrumento for considerado ativo problemático para alguns casos específicos, de acordo com política interna de análise do risco de crédito. As operações com atraso superior a 90 dias no pagamento do principal e/ou dos juros deixarão de apropriar juros no resultado "stop accrual". A baixa da operação para prejuízo ocorrerá somente após esgotadas todas as vias de renegociação/recuperação com o devedor, seguindo normas internas de observância.

As renegociações e reestruturações buscam facilitar o cumprimento das obrigações por devedores que apresentem dificuldades financeiras, contribuindo para a mitigação de perdas de crédito e para a recuperação dos valores contratados.

Renegociação corresponde à alteração das condições originalmente pactuadas de uma operação de crédito, incluindo, entre outros aspectos, mudanças de prazo, cronograma de pagamentos, taxas, encargos ou garantias, sem que haja necessariamente mudança substancial na natureza econômica da operação.

Reestruturação corresponde à modificação das condições contratuais motivada por dificuldades financeiras da contraparte, envolvendo concessões realizadas pelo Banco com o objetivo de adequar a capacidade de pagamento do devedor, podendo incluir alongamento significativo de prazo, redução de encargos, períodos

de carência, alteração relevante do fluxo de pagamentos ou outras condições específicas de recuperação de crédito.

As renegociações e reestruturações seguem procedimentos internos de observância e aplicação. É vedado o reconhecimento de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

O procedimento de “cura” segue uma análise rigorosa dos parâmetros de risco de crédito da contraparte.

e) Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não foram identificados indícios de perda no valor recuperável de ativos.

f) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes, fiscais e previdenciários

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando houver evidências que assegurem sua realização, e sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando há obrigação presente, resultante de eventos passados, cuja liquidação seja considerada provável e que implique saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, desde que, com base na opinião dos assessores jurídicos e da Administração, seja possível estimar de forma confiável o valor da obrigação, e que os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada considerando a alíquota de 20%. O Banco contabiliza ativos e passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de exercícios anteriores. Sobre estes montantes, o Banco aplica as mesmas alíquotas vigentes para o imposto de renda e contribuição social correntes.

i) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros (instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários); (ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, dos riscos fiscais e obrigações legais, riscos trabalhistas e cíveis e recuperação de ativos; (iii) registro de ativos fiscais diferidos com base nas projeções de bases fiscais positivas futuras capazes de absorver a sua realização. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

j) Resultado por ação

A divulgação do lucro/(prejuízo) por ação é apresentada por meio da divisão do lucro líquido/(prejuízo) do período pela quantidade total de ações.

k) Pagamento baseado em ações

O Banco oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em ações.

Os planos são reconhecidos como despesa de pessoal pró-rata ao período de carência, em contrapartida à reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transação seja liquidada em instrumentos patrimoniais.

4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido na Declaração de Appetite por Riscos (“RAS” ou “*Risk Appetite Statement*”), de acordo com a natureza de suas operações e com a complexidade de seus produtos, serviços e atividades, e em conformidade com os requisitos constantes na Resolução CMN nº 4.557/2017. Os indicadores de risco na RAS são produzidos e reportados pelas áreas responsáveis pela gestão de cada tipo de risco, de forma independente das unidades de negócios.

A área de Gestão Integrada dos Riscos e o Comitê de Riscos são responsáveis pela Governança estabelecida referente ao monitoramento e reporte das métricas da RAS, incluindo o tratamento de violações aos limites aprovados, a revisão e a aprovação das ações de remediação definidas. Em particular, as áreas responsáveis pela gestão de cada tipo de risco devem reportar excessos ou violações, de forma tempestiva, ao Diretor de Riscos (“CRO” ou “*Chief Risk Officer*”) e aos membros do Comitê de Riscos, que incluem, dentre outros, os Diretores Executivos do Banco. O processo de gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada e consolidada no Brasil pelo Banco, sendo que a avaliação dos riscos é parte integrante da tomada de decisão estratégica no Banco.

I. Risco de Crédito

Em linha com as melhores práticas do mercado, e seguindo os requerimentos regulatórios do Banco Central do Brasil, o gerenciamento de risco de crédito do Banco é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações realizadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de

garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada do portfólio.

O Banco utiliza modelos de perda esperada desenvolvidos pelo Grupo SG por meio de uma abordagem centralizada, que garante a padronização e robustez das metodologias empregadas, permitindo a adaptação às particularidades do mercado brasileiro com validação e aprovação pelo Comitê de Riscos do Banco, em conformidade com as regulamentações locais.

A governança desses modelos segue uma estrutura robusta definida pelo Grupo SG e pelo Banco, por meio das três linhas de defesa (LOD), promovendo independência e transparência em todas as etapas do ciclo de vida dos modelos, desde sua concepção até sua aplicação e monitoramento contínuo.

II. Risco de Mercado

Consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Banco. São classificadas como fonte de risco de mercado as operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Todas as operações existentes no Banco são consideradas para efeito de monitoramento de risco de mercado, exceto as operações vinculadas aos recursos provenientes do capital.

As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

2.1 Técnicas de Mensuração do Risco de Mercado

a.1) Valor em Risco ("Value at Risk" ou "VaR")

O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor "máximo" que o Banco pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (100% - 99%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manutenção das posições" (1 dia). Além disto, pressupõe também que a movimentação ocorrida ao longo deste período seguirá um padrão similar ao das movimentações que tenham ocorrido ao longo de períodos de 260 dias úteis no passado, ou seja, 1 ano. O VaR é utilizado para a mensuração de risco como, por exemplo, das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real. Os limites estabelecidos são diariamente monitorados pela Área de Risco de Mercado do Banco.

Apresenta-se abaixo o VaR da carteira de negociação calculada:

Junho 2026	-1.753
Dezembro 2025	5.799

a.2) Análise de Sensibilidade

A Análise de Sensibilidade visa mensurar o risco de mercado das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação das taxas de juros nacionais e internacionais. A análise consiste em verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Tal medida é internacionalmente conhecida, dentre outras denominações, por DV01 (dolar-value ou delta-value for one basis-point), PV01 ou PVBP (present value of a basis-point) ou Monetary Duration. Nos controles e relatórios de risco gerados diariamente pela área de Risco de Mercado do Banco, a metodologia de "Análise de Sensibilidade" é aplicada considerando uma oscilação de 10 basis-point (isto é, 0,10%) nas taxas de juros

loais e também nas taxas de juros internacionais. Para monitorar a conformidade em relação aos limites definidos, o resultado obtido a partir da aplicação do choque de 10 basis-points em cada fator de risco (ou seja, taxa de juros em reais e taxas de juros em moeda estrangeira) é comparado aos limites de sensibilidade pré-estabelecidos pela área de Risco de Mercado e aprovados pelo Comitê de Riscos.

a.3) Testes de Estresse

Com o objetivo de estimar a possível perda não contemplada pelo VaR, a área de Risco de Mercado do Banco avalia diariamente os possíveis impactos nas posições em cenários extremos. O teste de estresse é uma ferramenta que busca quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos que sejam desfavoráveis financeiramente às posições do Banco.

No Banco, o teste de estresse possui dois objetivos: delimitar o risco de uma atividade ou de um mercado específico e proporcionar uma visão do risco global e do risco por produto, para, dessa forma, proteger o Grupo SG de consequências desfavoráveis resultantes de choques de mercado. Os cenários de teste de estresse consistem em cenários previamente definidos e revisados anualmente pela área de risco de mercado. São baseados em eventos históricos ou hipotéticos, que apresentam alguma possibilidade real de ocorrência.

2.2 Risco de Câmbio

O Banco está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes em seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente e ao longo do dia por meio da apuração do cálculo da exposição cambial em moeda estrangeira. O Banco controla a exposição a esse fator de risco através da atuação nos mercados de derivativos cambiais.

2.3 Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banco se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros, como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem variar em decorrência dessas flutuações, podendo resultar em perdas para o Banco. As áreas de Risco de Mercado em Paris, Nova Iorque e Brasil, juntamente com os membros do Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez, estabelecem limites sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido.

III. Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações. A área de Risco de Liquidez monitora diariamente os ativos líquidos e os fluxos de caixa projetados em cenário de normalidade e em cenários de estresse do Banco, incluindo os limites de caixa mínimo e de estresse definidos para o monitoramento e reporte diários.

IV. Risco Operacional

A gestão de risco operacional do Banco é realizada de forma contínua e integrada para garantir a eficácia dos processos, de acordo com as diretrizes do Grupo SG, com as exigências de Basileia II, com os requisitos constantes na Resolução CMN nº 4.557/2017 e com a Governança descrita na Política de Gestão Integrada de Riscos do Banco. Inclui também o monitoramento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados

relevantes para o funcionamento regular do Banco, prevendo os respectivos planos de contingências, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos de Terceiros.

O Banco possui uma equipe de Gestão de Risco Operacional & Controles Internos, que é uma estrutura apartada das linhas de negócios e suporte, está sob a gestão do Diretor de Operações (“COO” ou “*Chief Operating Officer*”) e assessora as linhas de negócios e de suporte no cumprimento do gerenciamento dos riscos operacionais e das regulamentações aplicáveis, além de enviar os reportes adequados ao CRO.

Por sua vez, o CRO possui estrutura independente, segregada da unidade executora e da atividade de auditoria interna, que supervisiona de forma independente as atividades das linhas de negócios e suporte, incluindo a equipe de Gestão de Risco Operacional & Controles Internos. Dentre outras responsabilidades, deve assegurar a função de análise e de desafio eficaz à estrutura de gestão dos riscos operacionais em sua identificação e avaliação.

O Banco identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo de Basileia II (nota explicativa nº 20); essa avaliação é revisada periodicamente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática de incidentes e perdas operacionais e manutenção do histórico; iii) monitoramento mensal de indicadores de risco; iv) revisão dos controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade (regulatório e reputacional), de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo, e anti-suborno e anti-corrupção (“Compliance”); vi) gestão de crise e planos de continuidade de negócios; vii) Comitê de Novos Produtos; e viii) treinamentos internos e campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados desse conjunto de instrumentos e programas são revisados periodicamente pelo Comitê de Riscos, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias.

V. Risco de Capital

O Banco realiza a gestão de seu Capital Regulatório através de Estruturas de Gerenciamento compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoramento de seu respectivo Capital, de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Banco, prevendo:

I - Mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelos Ativos Ponderados pelo Risco (“RWA” ou “*Risk Weighted Assets*”), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite por riscos estabelecido e periodicamente reportados à Diretoria Executiva;

II - Plano de Capital abrangendo o horizonte de três anos;

III - Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

As informações descritas anteriormente são formalizadas através de Planos de Capital do Banco e então submetidas ao Comitê de Riscos para apreciação.

O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do Comitê de Riscos, que se reúne ao menos 6 vezes por ano.

O Banco mantém capital regulatório mínimo para suportar suas atividades, apurando mensalmente o capital regulatório e seu consumo de acordo com a Resolução CMN nº 4.955/2021 e demais normas relacionadas,

que são emitidas pelo Banco Central do Brasil. Para efeito prospectivo, o Banco estima anualmente o capital requerido no horizonte de 3 anos, em cenário de normalidade e de estresse, baseando-se no orçamento estabelecido pela área de negócios, com a aprovação dos membros do Comitê de Riscos. As estimativas referentes ao capital requerido no horizonte de 3 anos podem ser revisadas a qualquer tempo, desde que condições excepcionais se manifestem antes do prazo de um ano estabelecido em nossa Política. Caso venha a ser detectado eventual descumprimento dos limites mínimos definidos pelo Banco Central do Brasil durante nossa projeção de 3 anos, são adotadas as seguintes medidas:

Nível	Tempo até o desenquadramento	Ação	Fórum
Nível 1	6 meses	Definição de estratégia	Comitê de Riscos
Nível 2	3 meses	Reavaliação da estratégia	Comitê de Riscos
Nível 3	2 meses	Reavaliação da estratégia	Comitê de Riscos & Matriz
Nível 4	n/a	Operacionalização do aumento de capital	Matriz

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	16.659	11.315
Aplicações no mercado aberto (a)	3.159.994	3.837.211
Aplicações em moedas estrangeiras	-	63.159
Total	3.176.653	3.911.685

(a) São representadas por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos, com vencimento inferior à 30 dias.

6 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Aplicações no mercado aberto

Papel	Contraparte	30/06/2026		Total
		A vencer até 3 meses	De 3 a 12 meses	
NTN-F	BANCO PÚBLICO - NACIONAL	324.458	-	324.458
LTN	BANCO PÚBLICO - NACIONAL	659.999	-	659.999
NTN-B	BANCO PÚBLICO - NACIONAL	2.499.995	-	2.499.995
	Total	3.484.452	-	3.484.452
			Circulante	3.484.452
			Não circulante	-
				3.484.452
Total das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez				3.484.452

Aplicações no mercado aberto

Papel	Contraparte	31/12/2025		
		A vencer até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
LTN	BANCO PRIVADO - NACIONAL	1.000.367	-	1.000.367
LTN	BANCO PÚBLICO - NACIONAL	1.314.482	206.701	1.521.183
NTN-B	BANCO PRIVADO - NACIONAL	1.522.362	-	1.522.362
	Total	3.837.211	206.701	4.043.912
			Circulante	4.043.912
			Não circulante	-
				<u>4.043.912</u>
		A vencer até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em moedas estrangeiras		63.159	-	63.159
			Circulante	63.159
			Não circulante	-
				<u>63.159</u>
Total das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez				<u><u>4.107.071</u></u>

Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

	<u>1º semestre 2026</u>	<u>1º semestre 2025</u>
Operações Compromissadas	324.846	402.229
Rendas de Aplicações no Exterior	1.544	-
Resultado de Aplicações de Intermediação Financeira	<u>326.390</u>	<u>402.229</u>

As aplicações no mercado aberto são compostas por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos e custodiadas na SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Títulos e valores mobiliários

a.1) Classificação dos títulos e valores mobiliários

30/06/2026		
	Valor Curva	Valor Mercado
Carteira Própria	417.699	415.082
Valor Justo por Meio do Resultado	263.300	264.775
Letras do Tesouro Nacional - LTN	26.657	26.747
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	236.643	238.028
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	154.399	150.307
Letras do Tesouro Nacional - LTN	154.399	150.307
Vinculados	818.652	793.421
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	818.652	793.421
Letras do Tesouro Nacional - LTN	755.103	729.872
Cotas de Fundos de Investimentos	63.549	63.549
Total	1.236.351	1.208.503

31/12/2025		
	Valor Curva	Valor Mercado
Carteira Própria	56.268	55.545
Valor Justo por Meio do Resultado	23.164	23.202
Letras do Tesouro Nacional - LTN	14.084	14.109
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	9.080	9.093
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	33.104	32.343
Letras do Tesouro Nacional - LTN	33.104	32.343
Vinculados	976.519	952.201
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	976.519	952.201
Letras do Tesouro Nacional - LTN	917.087	892.769
Cotas de Fundos de Investimentos	59.432	59.432
Total	1.032.787	1.007.746

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Os títulos estão custodiados na SELIC e são todos considerados nível 1 na hierarquia de valor justo (nota explicativa nº 7.b.6).

a.2) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

30/06/2026					
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Valor Curva	Valor Mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras do Tesouro Nacional - LTN	909.502	880.180	(29.322)	13.195	(16.127)

31/12/2025					
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Valor Curva	Valor Mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras do Tesouro Nacional - LTN	950.191	925.112	(25.079)	11.286	(13.793)

a.3) Composição por prazo de vencimento:

30/06/2026						
Valor Justo por Meio do Resultado	Sem vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Títulos e Valores Mobiliários	-	44.649	59.598	24.914	135.614	264.775
					Circulante	44.649
					Não circulante	220.126
					Total	264.775

Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Sem vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	459.283	214.194	206.702	880.179
Cotas de Fundos de Investimentos	63.549	-	-	-	-	63.549
	63.549	166.485	410.792	214.366	88.536	943.728
					Circulante	-
					Não circulante	943.728
					Total	943.728

31/12/2025						
Valor Justo por Meio do Resultado	Sem vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Títulos e Valores Mobiliários	-	552	8.361	7.354	6.935	23.202
					Circulante	552
					Não circulante	22.650
					Total	23.202

Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Sem vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Títulos e Valores Mobiliários	-	168.036	434.970	206.011	116.095	925.112
Cotas de Fundos de Investimentos	59.432	-	-	-	-	59.432
	59.432	168.036	434.970	206.011	116.095	984.544
					Circulante	227.468
					Não circulante	757.076
					Total	984.544

a.4) Composição por emissor

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Valor Justo por Meio do Resultado		
Públicos-Governo Federal	<u>264.775</u>	<u>23.202</u>
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		
Públicos-Governo Federal	<u>880.179</u>	<u>925.112</u>

a.5) Cotas de Fundos de Investimentos

As cotas de fundo de investimento, em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, estavam representadas por aplicações do Banco em um fundo de investimento multimercado cuja posição é demonstrada abaixo.

FI LIQUIDEZ CÂMARA B3 MULTIMERCADO IE	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Quantidade cotas investidas pelo Banco	<u>299.779,4947942</u>	<u>299.779,4947942</u>
Saldo	63.549	59.432

As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo. A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

a.6) Resultado com operações com títulos e valores mobiliários

	<u>1º semestre 2026</u>	<u>1º semestre 2025</u>
Fundo de Investimento	4.116	3.385
Renda de Títulos públicos	76.089	49.550
Ajuste a Valor Justo-TVM, Exceto Derivativos	(8.075)	(5.802)
Ajuste a Valor Justo-Oper Compromissadas	<u>(162)</u>	<u>6.919</u>
Total	71.968	54.052

b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas.

Demonstramos a seguir a relação dos swaps, operações a termo de títulos públicos, operações a termo de moeda ("NDF"), mercado futuro e contratos de câmbio por indexador:

b.1) “Swap” e NDF

30/06/2026

Indexador	Modalidade	Operação registrada na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Curva- Diferencial a receber	Curva-Diferencial a pagar	Mercado- Diferencial a receber	Mercado- Diferencial a pagar
CDI CETIP x IPCA	FLUXO DE CAIXA	29.145	26	-	-	(264)
DOLAR x SOFR	FLUXO DE CAIXA	2.845.431	398	(300)	12.604	(10.090)
Pré x DOLAR VDA	FLUXO DE CAIXA	53.590	2.497	-	2.965	-
Pré x EUR BFIX Londres	FLUXO DE CAIXA	42.053	2.256	-	2.430	-
Pré x EURO VDA	FLUXO DE CAIXA	390.482	45.162	(4.216)	52.285	(6.057)
COROA NORUEGUESA x Pré	NDF	143.975	-	(7.445)	-	(7.007)
DOLAR CANADENSE x Pré	NDF	25.100	20	(439)	-	(593)
DOLAR VDA x Pré	NDF	15.842.616	97.063	(739.934)	74.740	(737.597)
EURO VDA x Pré	NDF	3.268.592	3.243	(203.426)	947	(195.996)
EuroREUTERS11NY x Pré	NDF	607.320	1.129	(22.948)	846	(22.734)
LIBRA ESTERLINA x Pré	NDF	1.283.628	1.487	(88.090)	2.560	(82.077)
Pré x COROA NORUEGUESA	NDF	337.347	21.268	-	20.671	-
Pré x DOLAR CANADENSE	NDF	6.039	125	-	116	-
Pré x DOLAR VDA	NDF	12.800.116	547.211	(64.104)	538.090	(59.682)
Pré x EUR BFIX Londres	NDF	173.577	16.192	(7)	16.330	(9)
Pré x EURO VDA	NDF	5.280.659	349.217	(2.526)	344.334	(2.650)
Pré x EuroREUTERS11NY	NDF	733.016	10.244	(916)	9.995	(976)
Pré x LIBRA ESTERLINA	NDF	1.145.746	59.784	(1.579)	56.849	(2.238)
Pré x RENMINBI HONG K	NDF	301.381	8.272	(1.850)	7.758	(2.224)
Pré x YEN VENDA	NDF	313.849	26.900	-	28.420	-
RENMINBI HONG K x Pré	NDF	5.655	34	(16)	42	-
EUR BFIX Londres x Pré	NDF	35.216	9	(142)	-	(146)
Pré x COROA SUECA VDA	NDF	691	20	-	19	-
COROA SUECA VDA x Pré	NDF	686	-	(12)	-	(9)
CDI CETIP x DOLAR VDA	SWAP	503.951	1.191	(2.111)	1.888	(1.887)
CDI CETIP x EUR BFIX NY 8h	SWAP	83.557	59	(4)	128	-
CDI CETIP x EURO VDA	SWAP	708.199	66.543	-	67.426	(24)
CDI CETIP x Pré	SWAP	675.000	28.558	-	62.624	-
CDI CETIP x YEN VENDA	SWAP	346.961	138.181	-	142.669	-
DOLAR VDA x CDI CETIP	SWAP	273.492	585	(14.961)	536	(14.924)
Pré x CDI CETIP	SWAP	7.411.699	16.637	(157.750)	144.033	(390.896)
Pré x EURO VDA	SWAP	146.005	29.089	-	29.035	-
		55.814.774	1.473.400	(1.312.775)	1.620.340	(1.538.077)

31/12/2025

Indexador	Modalidade	Operação	Curva-	Curva-Diferencial a pagar	Mercado-	Mercado-
		registrada na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Diferencial a receber		Diferencial a receber	Diferencial a pagar
CDI CETIP x IPCA	FLUXO DE CAIXA	29.145	53	-	-	(92)
DÓLAR x SOFR	FLUXO DE CAIXA	2.910.006	801	(748)	24.074	(21.071)
Pré x DÓLAR VDA	FLUXO DE CAIXA	53.590	-	(876)	-	(433)
Pré x EUR BFIX Londres	FLUXO DE CAIXA	54.068	-	(1.979)	-	(1.613)
Pré x EURO VDA	FLUXO DE CAIXA	469.522	6.865	(17.449)	23.281	(18.843)
COROA NORUEGUESA x Pré	NDF	51.501	950	(264)	610	(334)
DÓLAR CANADENSE x Pré	NDF	24.774	1.103	-	1.068	-
DÓLAR VDA x Pré	NDF	18.720.281	146.050	(538.317)	135.995	(532.855)
EURO VDA x Pré	NDF	2.630.322	31.422	(53.267)	30.338	(60.805)
EuroREUTERS11NY x Pré	NDF	4.933.022	19.015	(1.413)	7.433	(10.873)
LIBRA ESTERLINA x Pré	NDF	784.957	899	(18.375)	775	(21.431)
Pré x COROA NORUEGUESA	NDF	181.809	1.762	(1.228)	2.933	(438)
Pré x DÓLAR CANADENSE	NDF	2.381	125	(29)	135	(27)
Pré x DÓLAR VDA	NDF	13.337.010	436.553	(138.180)	433.936	(133.774)
Pré x EUR BFIX Londres	NDF	174.761	6	(6.434)	33	(5.562)
Pré x EURO VDA	NDF	4.907.818	123.019	(50.754)	141.155	(46.739)
Pré x EuroREUTERS11NY	NDF	2.199.637	289	(13.506)	551	(12.310)
Pré x LIBRA ESTERLINA	NDF	553.570	25.665	(906)	27.712	(644)
Pré x RENMINBI HONG K	NDF	97.521	6.024	(1.387)	5.607	(1.299)
Pré x YEN VENDA	NDF	332.528	6.895	(263)	8.678	(204)
RENMINBI HONG K x Pré	NDF	24.161	859	-	909	(1)
CDI CETIP x DÓLAR VDA	SWAP	585.887	19.658	(186)	20.731	-
CDI CETIP x EUR BFIX NY 8h	SWAP	117.295	1.256	-	1.817	-
CDI CETIP x EURO VDA	SWAP	63.140	1.284	-	1.586	-
CDI CETIP x Pré	SWAP	675.000	18.127	-	46.072	-
CDI CETIP x YEN VENDA	SWAP	346.961	81.095	-	86.097	-
DÓLAR VDA x CDI CETIP	SWAP	223.818	-	(19.282)	-	(19.114)
EUR BFIX NY 8h x CDI CETIP	SWAP	3.907	120	-	105	-
Pré x CDI CETIP	SWAP	7.104.545	8.815	(102.019)	237.265	(381.795)
Pré x EURO VDA	SWAP	146.005	6.685	(175)	7.774	(648)
		61.738.942	945.395	(967.037)	1.246.670	(1.270.905)

30/06/2026

Operações a termo	Valor dos contratos
Compras a termo a receber	50.151
Obrigações por compra de termo a pagar	(50.156)
Total	(5)

31/12/2025

Operações a termo	Valor dos contratos
Compras a termo a receber	-
Obrigações por compra de termo a pagar	-
Total	-

b.2) Mercado futuro

	30/06/2026	
<u>Mercadoria</u>	<u>Valor dos contratos</u>	<u>Ajuste a receber(pagar)</u>
DDI	7.442.214	3.488
DI	7.893.672	(8.929)
Dólar	3.526.411	(4.975)
Wdo	1.781.487	2.664
DAP	32.033	39
Total	20.675.817	(7.713)

	31/12/2025	
<u>Mercadoria</u>	<u>Valor dos contratos</u>	<u>Ajuste a receber(pagar)</u>
DDI	11.856.145	(66.978)
DI	8.412.938	1.233
Dólar	3.680.952	57.901
Wdo	1.201.623	(17.031)
DAP	30.469	(13)
Total	25.182.127	(24.888)

O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 577.210 em 30 de junho de 2026 (R\$ 658.442 em 31 de dezembro de 2025).

b.3) Contratos de câmbio

		30/06/2026					
Modalidade	Indexador	Curva - Diferencial a receber	Ajuste Mercado - Diferencial a receber	MtM Ativo	Curva - Diferencial a pagar	Ajuste Mercado - Diferencial a pagar	MtM Passivo
Câmbio	Dolar canadense x Real	579	113	692	(89)	(924)	(1.013)
Câmbio	Franco suíço x Real	2	-	2	-	-	-
Câmbio	Yuan chinês x Real	3.933	7.869	11.802	(1.830)	(187)	(2.017)
Câmbio	EURO x Real	208.011	259.996	468.007	(284.246)	(180.491)	(464.737)
Câmbio	Libra esterlina x Real	29.179	17.975	47.154	(7.204)	(35.673)	(42.877)
Câmbio	Yen x Real	530	52.614	53.144	(117.115)	(106)	(117.221)
Câmbio	COROA NORUEGUESA x Real	955	23.645	24.600	(9.116)	(1.252)	(10.368)
Câmbio	COROA SUECA x Real	12	-	12	-	(32)	(32)
Câmbio	Dolar dos EUA x Real	193.856	182.091	375.947	(149.652)	(294.034)	(443.686)
Total		437.057	544.303	981.360	(569.252)	(512.699)	(1.081.951)

		31/12/2025					
Modalidade	Indexador	Curva - Diferencial a receber	Ajuste Mercado - Diferencial a receber	MtM Ativo	Curva - Diferencial a pagar	Ajuste Mercado - Diferencial a pagar	MtM Passivo
Câmbio	EURO x Real	225.845	182.433	408.278	(201.008)	(234.749)	(435.757)
Câmbio	Libra esterlina x Real	10.944	13.432	24.376	(8.818)	(45.091)	(53.909)
Câmbio	Yen x Real	874	74.739	75.613	(71.667)	(315)	(71.982)
Câmbio	COROA NORUEGUESA x Real	5.762	11.514	17.276	(2.258)	(1.746)	(4.004)
Câmbio	Dolar dos EUA x Real	256.108	248.355	504.463	(233.041)	(236.044)	(469.085)
Câmbio	Dolar canadense x Real	961	388	1.349	(1.830)	(1.643)	(3.473)
Câmbio	Yuan chinês x Real	3.445	2.715	6.160	(3.092)	(360)	(3.452)
Câmbio	Franco suíço x Real	6	7	13	-	(7)	(7)
Total		503.945	533.583	1.037.528	(521.714)	(519.955)	(1.041.669)

b.4) Vencimentos e resultados dos instrumentos financeiros derivativos

Os contratos de “Swap”, NDFs, Termo de títulos públicos e Futuros e Câmbio têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

		30/06/2026					
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”		2.261.773	2.603.522	5.404.692	3.210.431	29.145	13.509.563
Operações a Termo NDFs		19.284.073	10.770.700	12.176.278	74.160	-	42.305.211
Futuros		11.049.582	3.415.461	5.646.112	489.960	74.702	20.675.817
Câmbio		7.893.451	5.979.211	1.795.337	100.312	-	15.768.311
Total		40.488.879	22.768.894	25.022.419	3.874.863	103.847	92.258.902

Circulante	63.257.773
Não circulante	29.001.129
Total	92.258.902

		31/12/2025					
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”		1.814.349	2.543.395	5.055.992	430.000	2.939.154	12.782.890
Operações a Termo NDFs		23.918.054	16.122.433	8.781.746	133.819	-	48.956.052
Futuros		12.895.042	6.806.603	4.953.593	504.469	22.420	25.182.127
Câmbio		12.109.469	4.133.951	2.826.308	109.749	-	19.179.477
Total		50.736.914	29.606.382	21.617.639	1.178.037	2.961.574	106.100.546

Circulante	80.343.296
Não circulante	25.757.250
Total	106.100.546

Os instrumentos financeiros derivativos apresentaram, nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025, os seguintes resultados:

	1º semestre 2026	1º semestre 2025
NDF	(67.361)	(934.480)
Swap	155.537	252.893
Mercado futuro	(299.080)	(328.505)
Mercado a termo	(6)	(431)
Câmbio	214.968	865.717
Total	4.058	(144.806)

b.5) Diferencial e prêmios a receber/(pagar) – swap, mercado futuro, câmbio e NDF

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo registrado no ativo(*):	2.651.851	2.284.198
Saldo registrado no passivo(*):	(2.677.897)	(2.337.462)
Diferencial líquido a pagar	(26.046)	(53.264)

(*) Totalizações das posições a mercado, a receber (ativo) ou a pagar (passivo), em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 apresentadas nas notas explicativas Nº 7.b.1, 7.b.2 e 7.b.3.

b.6) Determinação e hierarquia do valor justo

	30/06/2026	
	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros avaliados pelo valor justo		
Títulos públicos federais	1.144.954	-
Cotas de fundos de investimento	-	63.549
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.651.851
Passivos financeiros avaliados pelo valor justo		
Instrumentos financeiros derivativos	(7.880)	(2.670.017)

	31/12/2025	
	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros avaliados pelo valor justo		
Títulos públicos federais	948.314	-
Cotas de fundos de investimento	-	59.432
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.284.198
Passivos financeiros avaliados pelo valor justo		
Instrumentos financeiros derivativos	(24.888)	(2.312.574)

Não existiam ativos e passivos avaliados pelo valor justo categorizados como Nível 3 em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025

c) Passivos financeiros ao custo amortizado

c.1) Custo amortizado

30/06/2026						
	A vencer até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Captações no Mercado Aberto	214.253	-	-	-	-	214.253
Depósitos a vista	3.079	-	-	-	-	3.079
Depósitos a prazo	4.329	344.042	201.255	9.463	-	559.089
Obrigações por Empréstimos e Repasses	2.456.019	-	-	-	-	2.456.019
Outros Passivos Financeiros-Obrigações em moeda estrangeira	1.019	-	-	-	-	1.019
Outros Passivos Financeiros-Ordens de pagamento do exterior	1.170	-	-	1.029	812	3.011
Total	2.679.869	344.042	201.255	10.492	812	3.236.470
					Circulante	3.023.911
					Não circulante	212.559
					Total	3.236.470

31/12/2025						
	A vencer até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Captações no Mercado Aberto	-	-	5.631	7.040	-	12.671
Depósitos a vista	1.307	-	-	-	-	1.307
Depósitos a prazo	410.526	338.190	62.764	13.512	-	824.992
Obrigações por Empréstimos e Repasses	2.702.141	45.940	-	-	-	2.748.081
Outros Passivos Financeiros-Obrigações em moeda estrangeira	410	-	-	-	-	410
Outros Passivos Financeiros-Ordens de pagamento do exterior	279	-	1	1.649	9.137	11.066
Total	3.114.663	384.130	68.396	22.201	9.137	3.598.527
					Circulante	3.498.793
					Não circulante	99.734
					Total	3.598.527

Resultado das operações de captação no mercado

	1º semestre 2026	1º semestre 2025
	Resultado	
Captações no Mercado Aberto	(67.539)	(70.461)
Depósitos a vista / prazo	(31.908)	(79.385)
	(99.447)	(149.845)

c.2) Obrigações por Empréstimos e Repasses

	30/06/2026	31/12/2025
Obrigações em moedas estrangeiras - exportação e importação	-	45.940
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (a)	2.456.019	2.702.141
Total	2.456.019	2.748.081
Circulante	2.456.019	2.748.081
Não circulante	-	-
Total	2.456.019	2.748.081

Resultado das obrigações por Empréstimos e Repasses

	1º semestre 2026	1º semestre 2025
	Resultado	
Obrigações em moedas estrangeiras - exportação e importação	636	(5.237)
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (a)	(141.576)	(24.841)
Obrigações por empréstimos no exterior	(11)	(6.819)
Total	(140.951)	(36.897)

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale – Paris, que serão liquidados em julho de 2026 e destinados à aplicação em desconto de letras de exportação, pré-financiamentos de exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 3,71% em 30 de junho de 2026 (4,55% em 31 de dezembro de 2025).

8 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação:

	30/06/2026	31/12/2025
Empréstimos e títulos descontados	853	2.196
Financiamentos	95.474	67.784
Total das operações de crédito	96.327	69.980
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	45.778
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	-	196
Outros créditos - títulos e créditos a receber	30.650	61.034
Total de outros ativos financeiros	30.650	107.008
Total do risco da carteira	126.977	176.988
Circulante	113.762	131.852
Não circulante	13.215	45.136
Total das operações de crédito	126.977	176.988

b) Diversificação por atividade:

	30/06/2026	31/12/2025
Setor privado:		
Indústria	10.954	26.117
Comércio	100.514	123.039
Pessoas físicas	5	65
Prestação de serviços	14.812	22.988
Outros serviços	692	4.779
Total	126.977	176.988

c) Vencimento:

	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
Vencidas	-	-	14.158	8,00
A vencer até 3 meses	67.412	53,09	68.129	38,50
A vencer de 3 a 12 meses	46.350	36,50	49.565	28,00
A vencer de 1 a 3 anos	11.880	9,36	39.075	22,08
A vencer de 3 a 5 anos	1.335	1,05	6.061	3,42
Total	126.977	100,00	176.988	100,00

d) Concentração da carteira de crédito:

	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	92.715	73,02	62.546	35,34
10 seguintes maiores devedores	28.944	22,79	95.011	53,68
20 seguintes maiores devedores	5.318	4,19	18.614	10,52
50 seguintes maiores devedores	-	-	817	0,46
Total	126.977	100,00	176.988	100,00

Não houve renegociações e/ou reestruturações de operações de crédito nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025.

e) Total por faixa de risco:

Nível	30/06/2026				31/12/2025			
	Curso Normal	Vencidos	Total	Provisão	Curso Normal	Vencidos	Total	Provisão
C4	93.562	-	93.562	(1.778)	109.899	-	109.899	(2.088)
C5	33.415	-	33.415	(647)	52.932	14.157	67.089	(13.073)
Total	126.977	-	126.977	(2.425)	162.831	14.157	176.988	(15.161)

f) Receitas de operações de crédito

	1º semestre 2026	1º semestre 2025
Outras Operações com Característica de Concessão de Créditos	1.144	-
Rendas de empréstimos	3.435	12.188
Rendas de financiamentos	6.577	1.978
Total	11.156	14.166

9 PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

Abaixo demonstramos os saldos apurados para perda esperada segregados por faixa de risco C4 e C5:

	30/06/2026			31/12/2025		
	C4	C5	Total	C4	C5	Total
Empréstimos e títulos descontados	(17)	-	(17)	(23)	(19)	(42)
Financiamentos	(1.761)	(52)	(1.813)	(1.188)	(99)	(1.287)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	-	-	(873)	-	(873)
Outros créditos – títulos e créditos a receber	-	(583)	(583)	(4)	(11.586)	(11.590)
Garantias prestadas (*)	-	(12)	(12)	-	(1.369)	(1.369)
Total	(1.778)	(647)	(2.425)	(2.088)	(13.073)	(15.161)

	30/06/2026			31/12/2025		
	C4	C5	Total	C4	C5	Total
Setor privado:						
Indústria	-	(208)	(208)	-	(10.925)	(10.925)
Comércio	(1.761)	(147)	(1.908)	(2.084)	(253)	(2.337)
Pessoas físicas	-	-	-	-	(1)	(1)
Prestação de serviços	(17)	(280)	(297)	(4)	(1.803)	(1.807)
Outros serviços	-	(12)	(12)	-	(91)	(91)
Total	(1.778)	(647)	(2.425)	(2.088)	(13.073)	(15.161)

Circulante		(1.915)	(14.259)
Não circulante		(510)	(902)
Total		(2.425)	(15.161)

(*) Os valores de perda esperada para garantias prestadas são registrados na rubrica “Outras provisões” do Passivo circulante.

Movimentação da perda esperada para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025:

	1º semestre 2026			1º semestre 2025		
	C4	C5	Total	C4	C5	Total
Saldo inicial de provisões	(2.088)	(13.073)	(15.161)	(567)	(13.097)	(13.664)
Efeitos de adoção da Res. BCB N° 4966/21	-	-	-	(2.126)	(887)	(3.013)
(Constituição)/reversão	310	1.796	2.106	859	(1.674)	(815)
Baixas	-	10.630	10.630	-	-	-
Total	(1.778)	(647)	(2.425)	(1.834)	(15.658)	(17.492)

10 OUTROS ATIVOS

10.a) Depósitos Judiciais

	30/06/2026	31/12/2025
Interposição de Recursos Fiscais(*)	521.285	484.176
Interposição de Recursos Trabalhistas	3.511	11.305
Interposição de Recursos Cíveis	5.974	5.752
Total	530.770	501.233
Circulante	-	-
Não circulante	530.770	501.233
Total	530.770	501.233

(*) Em 30 de junho de 2026, refere-se, principalmente, a discussões fiscais sobre a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 191.913 (R\$ 186.327 em 2025), pedidos de compensação de IRRF, no montante de R\$ 55.892 (R\$ 54.067 em 2025), IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual B3) no montante de R\$ 160.413 (R\$ 157.648 em 2025) e processo contra a incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização no montante de R\$ 71.225 (R\$ 42.711 em 2025) (nota explicativa nº 11).

10.b) Outros

	30/06/2026	31/12/2025
Adiantamentos e antecipações salariais	5.562	1.182
Bancos correspondentes	374	274
Comissões sobre garantias	222	322
Valores a receber controladas (nota explicativa nº 16)	2	2
Devedores diversos no exterior (nota explicativa nº 16)	15.662	20.015
Outros	45	432
Total	21.867	22.227
Circulante	21.867	22.227
Não circulante	-	-
Total	21.867	22.227

11 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

O Banco provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

	30/06/2026	31/12/2025
Riscos fiscais	211.950	205.135
Riscos trabalhistas	15.144	22.766
Riscos cíveis	3.154	3.088
Total	230.248	230.989
Circulante	-	-
Não circulante	230.248	230.989
Total	230.248	230.989

ii. Movimentação dos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 para os riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 30 de junho de 2026

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	205.135	22.766	3.088	230.989
Constituição (nota explicativa nº 19)	2.967	-	-	2.967
Reversão (nota explicativa nº 18)	(2.277)	(7.622)	(50)	(9.949)
Atualização (nota explicativa nº 19)	6.125	-	116	6.241
Saldo final	211.950	15.144	3.154	230.248

Devedores por depósitos em garantia	521.285	3.511	5.974	530.770
-------------------------------------	---------	-------	-------	---------

Em 30 de junho de 2025

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	188.110	25.239	3.054	216.403
Constituição (nota explicativa nº 19)	2.245	-	-	2.245
Reversão (nota explicativa nº 18)	(38)	(1.586)	(420)	(2.044)
Atualização (nota explicativa nº 19)	6.318	552	361	7.231
Saldo final	196.635	24.205	2.995	223.835

Devedores por depósitos em garantia	425.553	12.424	5.447	443.424
-------------------------------------	---------	--------	-------	---------

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda possível:

Em 30 de junho de 2026

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis
	Valor do risco	Valor reclamado	Valor reclamado
Perdas possíveis	374.507	-	19.507
Quantidade casos	31	-	35

Em 31 de dezembro de 2025

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis
	Valor do risco	Valor reclamado	Valor reclamado
Perdas possíveis	358.892	922	18.445
Quantidade casos	32	2	45

Contingências fiscais e obrigações legais:

Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Banco, sendo os principais temas discutidos:

(a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável

- Alargamento pela Lei 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS – em 30 de junho de 2026 totalizou R\$ 176.844 (R\$ 171.782 em 2025); e
- Auto de Infração que discute a dedutibilidade de prejuízos em operações Day-Trade nas bases de IRPJ e CSLL em 1993 – em 30 de junho de 2026 totalizou R\$ 12.439 (R\$ 12.132 em 2025).

(b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 30 de junho de 2026 totalizou R\$ 55.982 (R\$ 54.067 em 2025);
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrados contra a incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente aos anos de 2008 e 2009 – em 30 de junho de 2026 totalizou R\$ 68.571 (R\$ 66.673 em 2025);
- Cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS relativa ao processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais foram previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 10 a) - em 30 de junho de 2026 totalizou R\$ 163.298 (R\$ 157.648 em 2025); e

- Auto de infração da Receita Federal do Brasil lavrado contra o Banco em 17 de outubro de 2022, pela glosa de operações de contratos futuros nas bases de IRPJ e CSLL referente ao ano de 2017 – em 30 de junho de 2026 totalizou R\$ 38.189 (R\$ 36.421 em 2025).

Com relação ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) dos Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) de repercussão geral, que resolveu, em 8 de fevereiro de 2023, que decisões individuais definitivas (transitadas em julgado) perdem seus efeitos após decisão superveniente do STF em sentido contrário, confirmamos que, após revisão de decisões individuais definitivas em favor do Banco no passado, não foi identificada exposição relevante em relação ao tema, sendo que nenhuma provisão, segundo os preceitos do IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, foi necessária em 30 de junho de 2026 ou em semestres anteriores.

Trabalhistas:

A provisão trabalhista corresponde aos processos movidos por ex-funcionários que possuem classificação de risco provável. Os pedidos dos processos trabalhistas relacionam-se, entre outros, a horas extras a partir da 8ª hora e reflexos, hora extra em face da supressão do intervalo intrajornada, adicional noturno, pagamento de bônus, vínculo empregatício, intervalo intrajornada e descaracterização de cargo de confiança.

Para os processos oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão é constituída com base nas decisões judiciais existentes em terceira, segunda e primeira instâncias e, para aquelas em que não houver qualquer decisão, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos cinco anos ou, por exceção, considerando condições específicas do processo. Em função da diminuição do número de processos trabalhistas oriundos da incorporação do Banco Cacique S.A., o Banco revisou sua política de provisionamento em junho de 2020 e promoveu alterações nas estimativas para maior acuracidade nos valores provisionados.

Cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para as ações cíveis de caráter indenizatório (danos morais), oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos dois anos. Os processos administrativos sancionadores referem-se às investigações e/ou procedimentos instaurados pelos Órgãos da Administração Pública, que têm a função de regular e fiscalizar as atividades do mercado financeiro, e que visam à apuração de condutas supostamente irregulares.

12 FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Impostos e contribuições a recolher	20.622	154.845
Total	20.622	154.845
Circulante	20.622	154.845
Não circulante	-	-
Total	20.622	154.845

13 OUTROS PASSIVOS DIVERSOS

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Provisão com despesas de pessoal	18.903	35.807
Provisão para despesas de publicação	27	54
Provisão para pagamentos a fornecedores	2.751	3.404
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 16)	25.026	22.423
IOF de câmbio	1.021	2.641
Honorários advocatícios	261	865
Outros	1.205	860
Total	49.194	66.054
Circulante	49.194	60.092
Não circulante	-	5.962
Total	49.194	66.054

14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de outubro de 2025, foi aprovada a redução do capital social de R\$ 2.956.929 (mil) para R\$ 1.635.635 (mil), mediante absorção integral dos prejuízos acumulados, concomitantemente com o cancelamento das ações preferenciais. Na mesma Assembleia Geral Extraordinária, foi fixado o valor de R\$ 1,00 por ação, totalizando 1.635.635.039 ações representativas do capital social da Companhia. A redução foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 23 de dezembro de 2025.

Em 30 de junho de 2026, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 1.635.635 (mil), estava representado por ações, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação, pertencentes a acionistas domiciliados no exterior, composto da seguinte forma:

30/06/2026

	Ações ordinárias- Sem valor nominal	Ações preferenciais - Sem valor nominal	Total
Quantidade anterior	1.635.635.039	-	1.635.635.039
Movimentação	-	-	-
Quantidade em 30 de junho de 2026	1.635.635.039	-	1.635.635.039

31/12/2025

	Ações ordinárias- Sem valor nominal	Ações preferenciais - Sem valor nominal	Total
Quantidade anterior	508.474	508.474	1.016.948
Movimentação - AGE 2025	1.635.126.565	(508.474)	1.634.618.091
Quantidade em 31 de dezembro de 2025	1.635.635.039	-	1.635.635.039

b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto social do Banco, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. A diretoria, através de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos sobre o lucro apurado no balanço intermediário com resultados acumulados em 30 de novembro de 2025, após a retenção de 5% para reserva legal, conforme plano de pagamento definido a seguir:

Dividendos

a) Lucro Líquido Apurado no exercício até novembro-2025	52.305
(-) Reserva Legal - 5 %	2.615
Base para distribuição de dividendos deliberados	49.690
pagamento até 30 de abril de 2026	16.398
pagamento até 30 de abril de 2027	16.398
pagamento até 30 de abril de 2028	16.895
 b) Pagamento Dividendos abril 2026	 (16.398)
 c) Dividendos deliberados a pagar	 33.292

c) Reserva de capital

Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa nº 21.

d) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% (vinte por cento) do capital social, ou poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo desta reserva,

acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme previsto no art. 193 da Lei 6.404/76.

15 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social dos semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025:

Devidos sobre Operações do Semestre	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Lucro Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	104.546	69.277
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(47.046)	(31.175)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Ajuste de Subcapitalização	-	(3.439)
Ajuste de Preço de Transferência	(127)	-
Ajuste de Incentivos Fiscais	247	-
Prejuízo sobre a Venda de controlada	-	(23.771)
Ajuste de Ativo Diferido não Contabilizado	1.938	17.583
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (1)	30.266	40.802
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(14.722)	-
Diferenças Temporárias		
Constituição / (Reversão) do Semestre	(30.484)	(41.112)
(Despesas) / Receitas de Tributos Diferidos	(30.484)	(41.112)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(45.206)	(41.112)
Alíquota Efetiva do Imposto de Renda e Contribuição Social	43,24%	59,34%

(1) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

Em 30 de junho de 2026, o Banco possuía diferenças temporárias referentes às provisões não dedutíveis no montante de R\$ 321.982 (R\$ 300.210 em 2025). O Banco constituiu ativo fiscal diferido apenas sobre a parcela de R\$ 86.354, em 30 de junho de 2026 (R\$ 46.871 em 2025), de imposto de renda (25%) e contribuição social (20%), no montante de R\$ 38.859 (R\$ 21.092 em 2025), em observância à Resolução CMN nº 4.842/20, em cumprimento aos Arts. 3º e 4º. Para a parcela restante, que monta R\$ 235.628 (R\$ 253.339 em 2025), o Banco não reconheceu contabilmente ativo fiscal diferido no valor de R\$ 106.033 (R\$ 107.668 em 2025) por não ter atingido todos os critérios previstos na Resolução nº 4.842/2020 do BACEN.

b) Composição e movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	31/12/2025	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2026
Refletido no Resultado	41.123	(17.206)	1.747	25.664
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-	-
Diferenças temporárias realizadas no curto prazo	41.123	(17.206)	1.747	25.664
Refletido no Patrimônio Líquido	11.286	-	1.909	13.195
TVMs VJORA	11.286	-	1.909	13.195
Total	52.409	(17.206)	3.656	38.859

c) Movimentação dos passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias e ajustes contra o patrimônio líquido

	31/12/2025	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2026
Refletido no Resultado	93.779	(162.147)	177.172	108.804
Marcação a Mercado - TVM e Derivativos	-	(160.986)	160.986	-
Marcação a Mercado - Câmbio	6.132	-	8.090	14.222
Receita de Atualização de Depósitos Judiciais	87.647	(1.161)	8.096	94.582
Refletido no Patrimônio Líquido	-	-	-	-
Marcação a Mercado - VJORA	-	-	-	-
Total	93.779	(162.147)	177.172	108.804

d) Projeção de realização e valor presente dos ativos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre as quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Valor contábil 30/06/2026</u>	<u>Valor contábil 31/12/2025</u>
2026	-	48.054
2027	34.867	726
2028	726	726
2029	726	726
2030	726	2.178
2031 até 2035	1.815	-
Total	38.859	52.410

O valor presente dos ativos fiscais diferidos, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 35.105 em 30 de junho de 2026 (R\$ 44.802 em 2025).

16 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com controladores e outras partes relacionadas são realizadas em condições de mercado e estão demonstradas a seguir:

Contraparte	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	30/06/2026	31/12/2025	1º semestre 2026	1º semestre 2025
Société Générale - Nova York:				
Aplicações em moeda estrangeira (nota explicativa nº5)	-	63.159	1.328	4.699
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	-	998	-	-
Obrigações por empréstimos do exterior (nota explicativa nº 7.c.2)	-	(45.940)	(2.266)	(3.875)
Société Générale - Paris:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	11.304	6.231	-	-
Devedores diversos no exterior (nota explicativa nº10.b)	15.662	20.015	6.673	22.421
Credores diversos no exterior (nota explicativa nº13)	(25.026)	(22.423)	-	-
Obrigações em moeda estrangeira (nota explicativa nº 7.c.2)	(2.456.019)	(2.702.141)	(49.179)	(59.906)
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas (nota explicativa nº10.b)	2	2	11	5
Depósitos à vista	(20)	(13)	-	-
Depósitos a prazo	(3.480)	(3.284)	(229)	(197)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista	(221)	(886)	-	-
Depósitos a prazo	(6.014)	-	(345)	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.430	-	4.043	-
Pascal FIM investimento no exterior				
Instrumentos financeiros derivativos	143.484	231.788	43.838	24.264
Depósitos a prazo	(11.793)	(11.495)	(299)	(460)
Saint Germain fundo de investimento multimercado				
Instrumentos financeiros derivativos	(9.497)	(15.028)	(5.531)	(574)
Depósitos a prazo	(28.836)	(25.265)	(1.070)	(1.047)
Resumo por conta:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	11.304	7.229	-	-
Aplicações em moeda estrangeira (nota explicativa nº5)	-	63.159	1.328	4.699
Depósitos à vista	(241)	(899)	-	-
Depósitos a prazo	(50.123)	(40.044)	(1.943)	(1.704)
Devedores diversos no exterior (nota explicativa nº10.b)	15.662	20.015	6.673	22.421
Valores a receber de sociedades ligadas (nota explicativa nº10.b)	2	2	11	5
Obrigações em moeda estrangeira (nota explicativa nº 7.c.2)	(2.456.019)	(2.702.141)	(49.179)	(59.906)
Credores diversos no exterior (nota explicativa nº13)	(25.026)	(22.423)	-	-
Obrigações por empréstimos do exterior (nota explicativa nº 7.c.2)	-	(45.940)	(2.266)	(3.875)
Instrumentos financeiros derivativos	136.417	216.760	42.350	23.690
TOTAL	(2.368.024)	(2.504.282)	(3.026)	(14.670)

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	<u>1º semestre 2026</u>	<u>1º semestre 2025</u>
Proventos	9.322	8.204
Contribuição ao INSS	<u>1.989</u>	<u>2.003</u>
Total	11.311	10.207

Outras informações

I - Conforme a legislação em vigor, o Banco não concede empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros da Diretoria Executiva e seus familiares.

II - Participação acionária

A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	<u>30/06/2026</u>		
	<u>ações ordinárias</u>	<u>ações preferenciais</u>	<u>Total</u>
Société Générale - Paris	1.635.635.039	-	1.635.635.039

	<u>31/12/2025</u>		
	<u>ações ordinárias</u>	<u>ações preferenciais</u>	<u>Total</u>
Société Générale - Paris	1.635.635.039	-	1.635.635.039

17 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>1º semestre 2026</u>	<u>1º semestre 2025</u>
Despesas de serviços técnicos especializados	(9.954)	(9.644)
Despesas de processamento de dados	(3.391)	(3.214)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(8.151)	(6.057)
Despesas de aluguéis	(2.055)	(2.056)
Despesas de serviços de terceiros	(1.319)	(1.179)
Despesas de comunicações	(90)	(403)
Despesas de contribuições filantrópicas	(502)	(478)
Despesas de publicações	(19)	(29)
Despesas de transportes	(94)	(112)
Despesas de viagem	(514)	(526)
Despesas de depreciação	(1.003)	(1.279)
Despesas com auditoria	(1.042)	(1.418)
Despesas com custas judiciais	(375)	(1.285)
Despesas com consultoria jurídica	(2.472)	(762)
Outras despesas administrativas	(1.456)	(1.351)
Total	(32.437)	(29.793)

18 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>1º semestre 2026</u>	<u>1º semestre 2025</u>
Reversão de despesas da matriz	7.794	1.592
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 11 ii)	2.277	38
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 11 ii)	7.622	1.586
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 11 ii)	50	420
Atualização de outros impostos e contribuições a compensar	820	128
Atualização de depósitos judiciais	18.256	13.939
Acordos judiciais	-	641
Reversão despesas com advogados	749	695
Reversão de provisão de PLR	2.877	3.851
Receita com operações partes relacionadas - MDL	12.279	-
Outras receitas operacionais	277	1.006
Total	53.001	23.896

19 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>1º semestre 2026</u>	<u>1º semestre 2025</u>
Provisão de despesas com a matriz(*)	(24.527)	(20.055)
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 11 ii)	(2.967)	(2.245)
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 11 ii)	-	-
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 11 ii)	(6.125)	(6.318)
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 11 ii)	-	(552)
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 11 ii)	(116)	(361)
Provisão para perda na venda de controlada	-	(1.288)
Provisão para despesas com advogados	(144)	(1.234)
Outras	(2.640)	(490)
Total	(36.519)	(32.543)

(*) Custos de serviços globais rateados pela matriz

20 LIMITES OPERACIONAIS

O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basileia (Basileia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar.

Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de outubro de 2013.

Apuração dos limites de Basileia II

Rubrica	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basileia II)	Cálculo pelo critério atual (Basileia II)
		30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR	1.753.387	1.696.654
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	466.147	433.183
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	40.472	38.292
Valor da margem		1.246.768	1.225.179

Parcelas que compõem o PRE

Parcela	30/06/2026		31/12/2025	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	405.970	23%	420.930	25%
RWACAM	6.657	0%	3.670	0%
RWAJUR1	17.138	1%	11.418	1%
RWAJUR2	26.402	2%	21.648	1%
RWAJUR3	2	0%	7	0%
PACS	-	0%	19.489	1%
RWAOPAD	2.827	0%	42.235	2%
RWACVA	17.915	1%	15.805	1%

• Extrapolação

	30/06/2026	31/12/2025
Índice alcançado	30,09%	31,33%

21 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Grupo SG oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Banco) planos de pagamentos baseados em ações.

Os planos são classificados como pagamentos baseados em ações com liquidação em ações. Os planos de ações livres e diferidas são liquidados com entrega de ações do Grupo SG.

A seguir, demonstramos os valores de posição e movimentação nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal, em contrapartida à conta de reserva de capital no patrimônio líquido.

	1º semestre 2026	1º semestre 2025
Plano de ações	3.641	3.796
Total	3.641	3.796
Saldo no início do exercício	3.914	4.557
Constituição/(Reversão)	(273)	(761)
Saldo	3.641	3.796

22 OUTRAS INFORMAÇÕES

Plano de pensão

A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa é patrocinado pelo Banco e por seus funcionários.

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 733 e R\$ 720, e pelos funcionários R\$ 1.006 e R\$ 996, respectivamente.

	<u>1º semestre 2026</u>	<u>1º semestre 2025</u>
Contribuição dos patrocinadores	733	720
Participação dos funcionários	1.006	996
	<u>1.739</u>	<u>1.716</u>

23 RESULTADO POR AÇÃO

Segue abaixo o demonstrativo de resultado e ações utilizadas para cálculo do lucro básico por ação:

	<u>1º semestre 2026</u>	<u>1º semestre 2025</u>
Lucro líquido	<u>59.340</u>	<u>28.165</u>
Média de ações ordinárias para cálculo do lucro básico por ação:		
Quantidade média de ações		
Ordinárias (Nota Explicativa 14a)	1.635.635.039	508.474
Preferenciais (Nota Explicativa 14a)	-	508.474
Lucro por ação em R\$ (reais)	<u>0,04</u>	<u>27,70</u>
Ordinárias	0,04	13,85
Preferenciais	-	13,85

A Administração do Banco Société Générale Brasil S.A. agradece aos clientes, e a nossos acionistas, o indispensável apoio e confiança depositados e aos colaboradores pelo empenho e dedicação.

São Paulo, 25 de agosto de 2026

Administradores

BEATRIZ LACAZ VIEIRA BROWN

MÁRIO MARCOS LOPES

EDUARDO YASUDA IRIE

GUSTAVO DE MAGALHÃES REZENDE

CAROLYNE MOURA MUNHOZ

PAULO FAGUNDES DE LIMA – DIRETOR RESPONSÁVEL PELA ÁREA CONTÁBIL

Contador

CAIO VINICIUS MARQUES - CRC - 1SP293229/O-5